

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

Mesmo em um ano difícil e repleto de desafios, por conta da pandemia e do cenário macroeconômico, a Pernambucanas conseguiu manter seu compromisso de estar no maior número possível de lares brasileiros.

Em 2021, batemos o recorde de abertura de lojas em um único ano: foram 56 lojas inauguradas, com expansão para 4 novos Estados e a consolidação da presença da marca em todas as regiões do país. Foi, ainda, o ano em que celebramos nosso retorno ao lugar onde tudo começou: com enorme orgulho, a Pernambucanas voltou ao Estado de Pernambuco. Adicionalmente, ajudamos a criar mais de 6.000 vagas indiretas, chegamos a 31 de dezembro com mais de 16.000 colaboradores engajados e comprometidos com a nossa cultura, além de fecharmos o ano com o excelente e-NPS de 91⁽¹⁾.

Mais: completamos o processo de contratação de trabalho em regime intermitente, que estava em vigor para as lojas em 2020 e em 2021 foi implementado em nosso escritório central. Isto trouxe flexibilidade à operação, a um custo menor, e nos permitiu gerar oportunidades para pessoas interessadas em trabalhos com horários mais flexíveis. Contribuímos com a geração de renda extra e conseguimos promover importantes benefícios para a saúde mental dos colaboradores.

Outro ponto de destaque foram as iniciativas da nossa fintech Pefisa, que inaugurou 3 novas lojas no Estado de São Paulo. A Pernambucanas é a primeira empresa do varejo a oferecer aos clientes um espaço financeiro exclusivo para atender pessoas físicas e jurídicas. E, vale dizer, trata-se apenas do começo de um plano que busca a definitiva democratização dos serviços financeiros no país, com a preocupação de oferecer atendimento próximo e humanizado. Por meio da Pefisa, fomos a primeira varejista brasileira a conceder empréstimos com garantia do FGTS, e ampliamos nosso atendimento às empresas. Inovamos e expandimos a oferta de produtos financeiros, e lançamos nosso primeiro cartão atrelado a uma conta digital aceito fora da nossa rede. Um cartão que, além de aliar as funções de crédito e débito, pode ser utilizado por QR Code. Mais uma vez, fomos a primeira varejista a trazer essa facilidade para nossos clientes. Além disso, fizemos parcerias importantes com a Autopass, para a emissão do Cartão TOP, e com a Cliq, para a emissão de QR Codes que facilitam a vida de quem utiliza transporte público em Curitiba⁽¹⁾.

Ainda sobre novas iniciativas: investimos cerca de R\$ 10 milhões em tecnologia, treinamentos e processos para o lançamento do programa de Revendedores, que abre um novo canal para a comercialização de peças de vestuário, calçados e eletroportáteis, além dos produtos financeiros disponibilizados pela Pefisa. Com isso, entregamos ainda mais facilidades aos nossos consumidores e proporcionamos renda extra aos nossos parceiros. Fomos a primeira empresa do varejo a ter um *chip* telefônico próprio e investimos em inovação para a criação de produtos e serviços digitais, sem jamais deixar de priorizar o atendimento humanizado que é parte essencial do DNA Pernambucanas. Falando em atendimento, em um momento em que estamos cada vez mais digitais, mais de 50% do nosso atendimento já é digital. Nesse ano, também tivemos o recorde das nossas vendas *digital* (mix entre a venda digital e a venda física), correspondendo a 17,1%, resultado de uma estratégia assertiva que estamos desenvolvendo⁽¹⁾.

Outro recorde: ao longo do ano, os colaboradores da Pernambucanas acumularam mais de 1,3 milhão de horas de treinamento em nossa Universidade Digital. Com aplicação, garra e comprometimento, fechamos 2021 com a formação de 56 gerentes no Programa de Gerente Trainee e mais de 250 profissionais na posição de líderes, além de implementarmos o Programa de

Formação de Gerentes Executivos. A Pernambucanas reconhece seus talentos internos e não abre mão em oferecer oportunidades para crescimento dentro de casa⁽¹⁾.

Com muito orgulho, terminamos o ano com mais de 130 mil peças produzidas em nossa oficina, resultado de um programa criado em parceria com o SENAI e que oferece cursos profissionalizantes para pessoas desempregadas, dando-lhes a chance de voltar ao mercado de trabalho. Essa iniciativa, além de promover a capacitação e o desenvolvimento profissional, também tem como objetivo preservar o meio ambiente e poupar recursos naturais, por meio do reaproveitamento de matérias-primas diversas. Atualmente, 80% dos móveis que equipam nossas lojas são frutos desse projeto⁽¹⁾.

Ainda sobre ações de ESG: em 2021 assinamos, junto com a ABVTEX, o movimento ModaComVerso, reforçando nosso compromisso com as boas práticas trabalhistas e com a execução de uma política justa, ética e humana em toda a cadeia têxtil. A Pernambucanas está totalmente conectada com o movimento por uma moda socialmente responsável⁽¹⁾.

Em 2021, ganhamos prêmios. Vários. E todos muito importantes. Prêmio de Ética nos Negócios, do Instituto Brasileiro de Ética. O Prêmio Valor Inovação nos indicou, pela terceira vez consecutiva, como uma das empresas mais inovadoras do país. The Walt Disney Company Brasil nos elegeu a melhor empresa em experiência para o consumidor. Pelo segundo ano seguido, recebemos o Prêmio do Grupo Padrão, em parceria com a Opinion Box e SKS CX – instituições especializadas em pesquisas de mercado –, como uma das empresas de varejo de vestuário que mais respeitam o cliente. Também recebemos do LIDE Rio de Janeiro o Prêmio Líderes do Rio 2021, em que destaca empresários, empresas, instituições e empreendedores que contribuem ativamente para um melhor cenário de negócios no Estado. Consideramos esses prêmios provas concretas de que estamos no caminho certo, e que o relacionamento firmado com as famílias brasileiras, baseado em transparência e confiança, tem sido bem avaliado e devidamente reconhecido.

Também ganhamos o prêmio Melhor Líder de Cultura, do *Workplace*, pelo engajamento da liderança no processo de disseminação da cultura da empresa. E o maior de todos os reconhecimentos veio, justamente, da nossa imensa equipe de colaboradoras e colaboradores: a Pernambucanas foi eleita uma das 25 melhores empresas do país para se trabalhar. Nossa marca foi a única varejista de moda citada entre as vencedoras no *ranking* do *site* de vagas Indeed, que leva em conta, exclusivamente, opiniões espontâneas de atuais e ex-colaboradoras, para a avaliação de critérios como gestão, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, cultura, salários e oportunidades de carreira⁽¹⁾.

Nosso time também se engajou para ajudar o próximo. Em parceria com a Editora Mol, e com o entusiasmado apoio de toda a nossa equipe, produzimos o livro "Um Elogio Muda Tudo". A receita obtida com as vendas desses livros foram doadas ao Hospital do GRAACC, a fim de apoiar a luta contra o câncer infantil. E encerramos o ano lançando um calendário especial e inspirador, "Amanhã Vai Ser Outro Dia", cuja receita de vendas também foi destinada ao Hospital do GRAACC. Portanto, embora diante de um cenário adverso e desafiador, nosso time composto por mais de 16 mil integrantes, que vestem a camisa com amor e trabalham com imensa paixão, continua firme e motivado para cumprir sua tarefa de levar a Pernambucanas ao maior número possível de lares brasileiros, criando oportunidades, gerando desenvolvimento e impactando de forma positiva a vida de milhares de famílias brasileiras⁽¹⁾.

(1) Números não auditados

São Paulo, 28 de abril de 2022.
A DiretoriaBALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	381.218	754.845	1.259.143	1.514.889
Contas a receber de clientes	6	591.298	761.991	2.189.214	2.320.348
Estoques	7	425.794	378.270	521.878	443.311
Impostos a recuperar	9	164.307	296.079	105.379	240.509
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	48.212	37.089	108.650	93.198
Instrumentos financeiros derivativos	10	8.648	143.347	8.648	143.347
Outros créditos	11	71.000	81.878	174.767	178.978
Total do ativo circulante		1.690.477	2.453.499	4.367.679	4.934.580
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	10.053	-	10.053	44.913
Contas a receber de clientes	6	-	-	46.543	74.127
Impostos a recuperar	9	138.091	122.471	217.671	195.822
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	146.577	-	146.577	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	230.047	177.582	499.541	461.477
Depósitos judiciais	19	48.900	66.920	49.384	67.358
Outros créditos	11	57	3.019	15.913	10.261
Total do ativo realizável a longo prazo		573.725	369.992	985.682	853.958
Propriedade para investimentos	13c	-	-	156.499	156.894
Investimentos	13	1.121.237	997.968	-	-
Imobilizado	14	561.102	462.672	651.429	594.212
Direito de uso	15	1.397.183	1.077.186	1.397.183	1.077.186
Intangível	16	183.004	91.385	318.643	174.991
		3.262.526	2.629.211	2.523.754	2.003.283
Total do ativo não circulante		3.836.251	2.999.203	3.509.436	2.857.241
Total do ativo		5.526.728	5.452.702	7.877.115	7.791.821

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita	23	3.179.422	2.818.840	4.028.508	3.687.795
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Lucro bruto		1.186.910	1.022.741	1.934.751	1.821.905
Despesas com vendas	24	(1.152.178)	(961.582)	(1.139.159)	(934.191)
Despesas gerais e administrativas	24	(292.091)	(349.696)	(524.860)	(596.980)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	-	-	(403.061)	(360.939)
Participação nos lucros de controladas	13	51.365	54.839	-	-
Outros resultados operacionais	25	475.621	523.466	432.923	398.486
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		269.627	289.768	300.594	328.281
Receitas financeiras	26	97.233	50.493	102.194	51.142
Despesas financeiras	26	(276.193)	(139.343)	(282.820)	(142.544)
Despesas financeiras, líquidas		(178.960)	(88.850)	(180.626)	(91.402)
Resultado antes dos impostos		90.667	200.918	119.968	236.879
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	110.976	(37.788)	101.379	(73.919)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	55.083	(15.336)	35.379	(15.166)
		166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Lucro líquido		256.726	147.794	256.726	147.794
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				256.726	147.794
Participação de não controladores				87	(15)
				256.813	147.779
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	29			1,71	0,99

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		256.726	147.794	256.726	147.794
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
• Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		(768)	768	(768)	768
Total do resultado abrangente do exercício		255.958	148.562	255.958	148.562
Atribuível a:					
• Acionistas da Companhia				255.958	148.562
• Participação de não controladores				87	(15)
				256.045	148.547

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido Circulante					
Fornecedores	17	988.138	1.088.484	1.766.539	2.009.725
Empréstimos e financiamentos	18	443.320	538.985	969.504	759.154
Obrigações trabalhistas		144.374	116.328	154.631	128.169
Obrigações fiscais		123.500	104.144	135.779	113.716
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	117.683	-	117.683
Dividendos a pagar	21	-	52.250	-	52.250
Imposto de renda e contribuição social a pagar		20.414	47.298	14.762	59.117
Passivo de arrendamento	15	324.651	233.691	325.921	233.691
Demais contas a pagar	20	183.179	206.606	258.889	198.880
		2.228.026	2.505.469	3.626.025	3.672.385
Total do passivo circulante					
Não circulante					
Fornecedores	17	-	533	113	647
Passivo a descoberto de investida	13	85	83	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	232.958	394.079	706.408	1.101.000
Obrigações fiscais		-	-	996	2.278
Provisão para demandas judiciais	19	24.801	25.605	485.784	477.254
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	2.618	18.200	15.515
Passivo de arrendamento	15	1.195.301	919.840	1.194.031	919.840
Demais contas a pagar	20	158.022	132.601	158.397	131.395
		1.611.167	1.475.359	2.563.929	2.647.929
Total do passivo não circulante					
Patrimônio líquido					
Capital social	21	670.000	585.000	670.000	585.000
Reservas de lucros	21	1.017.535	886.874	1.017.535	886.874
		1.687.535	1.471.874	1.687.535	1.471.874
Participação de não controladores		-	-	(374)	(367)
Patrimônio líquido total		1.687.535	1.471.874	1.687.161	1.471.507
Total do passivo e patrimônio líquido		5.526.728	5.452.702	7.877.115	7.791.821

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		256.726	147.794	256.726	147.794
Ajustes:					
Depreciação e amortização	14 15 16	243.850	220.971	267.881	243.800
Valor residual das baixas do ativo permanente		36.233	2.995	98.340	2.995
Ajustes a valor justo		-	-	(11.526)	6.851
Baixas PPI (Propriedade Para Investimento)		72.068	139.625	72.068	139.625
Ganho na venda de participação societária	25	(68.886)	(137.048)	(68.886)	(276.673)
Ganho de capital em investida		(300.471)	(357.957)	(247.542)	(218.332)
Resultado da equivalência patrimonial	22	(51.365)	(54.839)	-	-
Atualização de derivativos		-	20.395	-	(4.314)
Atualização de empréstimos e arrendamentos	15 18	193.076	124.780	261.233	189.157
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente / diferido	12	(110.976)	37.788	(101.379)	73.919
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente / diferido	12	(55.083)	15.336	(35.379)	15.166
Provisão para contingências	19	(804)	836	8.530	7.202
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	34.692	(66.341)
Perda esperada com perda de estoque		(13.742)	(2.148)	(13.742)	(2.148)
		200.626	158.527	521.016	258.701
Varições de ativos e passivos					
Contas a receber		170.693	3.095	121.144	219.083
Estoques		(33.782)	(80.330)	(80.330)	(86.954)
Impostos a recuperar		(41.548)	149.704	(48.748)	94.122
Depósitos judiciais e cauções		18.020	(1.316)	17.974	(1.294)
Operação com derivativos		17.016	28.811	17.016	33.125
Demais ativos		13.840	3.898	1.441	(583)
Fornecedores		(100.879)	246.555	(243.720)	185.164
Salários e encargos sociais		27.277	1.272	25.697	1.061
Impostos e taxas a recolher		103.899	17.378	100.665	20.652
Demais contas a pagar		1.996	39.352	87.011	67.640
Caixa proveniente das operações		377.158	566.946	534.671	790.717
Juros pagos	18	(72.194)	(98.530)	(77.209)	(101.374)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4.052)	(22.860)	(27.337)
Aplicações financeiras					

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Receitas		4.797.629	4.195.007	5.420.138	4.755.969	Distribuição do valor adicionado	(2.162.578)	(1.952.244)	(2.307.607)	(2.131.264)	
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções						Pessoal e encargos	(609.247)	(520.258)	(625.978)	(564.354)	
Produtos e serviços financeiros	23	4.278.226	3.723.602	4.332.518	3.800.626	Remuneração	(476.136)	(408.963)	(489.800)	(442.603)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	-	-	(403.061)	(360.939)	Benefícios	(80.721)	(68.744)	(83.657)	(74.001)	
Outras receitas operacionais	25	475.621	426.648	432.923	304.634	FGTS	(38.975)	(35.005)	(39.098)	(36.751)	
Insumos adquiridos de terceiros		(2.541.226)	(2.147.541)	(3.003.116)	(2.507.883)	Outros	(13.415)	(7.546)	(13.423)	(10.999)	
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados	24	(1.992.512)	(1.815.597)	(2.093.757)	(1.880.521)	Impostos, taxas e contribuições	(1.087.201)	(1.032.316)	(1.160.536)	(1.104.448)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(606.108)	(362.244)	(901.017)	(663.186)	Federal	(315.215)	(366.426)	(378.125)	(432.617)	
Perda / recuperação de valores ativos		57.394	30.300	(8.342)	35.824	Estadual	(771.109)	(664.935)	(771.296)	(665.033)	
Valor adicionado bruto		2.256.403	2.047.466	2.417.022	2.248.086	Municipal	(877)	(955)	(11.115)	(6.798)	
Depreciação e amortização	25	(242.423)	(196.239)	(266.454)	(219.031)	Remunerações de capitais de terceiros	(310.517)	(279.017)	(365.480)	(341.809)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.013.980	1.851.227	2.150.568	2.029.055	Juros	(205.987)	(173.938)	(207.592)	(175.913)	
Valor adicionado recebido em transferência		148.598	101.018	157.039	102.209	Aluguéis	(108.459)	(88.919)	(161.784)	(149.681)	
Resultado de equivalência patrimonial	13	51.365	54.839	54.845	55.381	Outros	3.929	(16.160)	3.896	(16.215)	
Receitas financeiras	26	97.233	46.179	102.194	46.828	Remunerações de capitais próprios	(155.613)	(120.653)	(155.613)	(120.653)	
Valor adicionado total a distribuir		2.162.578	1.952.245	2.307.607	2.131.264	Dividendos	-	(52.250)	-	(52.250)	
						Lucros retidos	(155.613)	(68.403)	(155.613)	(68.403)	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total		
		Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2019		513.000	1.010	97.744	843.878	-	1.455.632	(354)	1.455.278	
Ajustes do exercício		-	-	-	-	23.886	23.886	-	23.886	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	147.794	147.794	(13)	147.781	
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego	21	-	(242)	-	-	-	(242)	-	(242)	
Dividendos complementares em 26 de novembro de 2020 - R\$ 0,78 por ação		-	-	-	(117.300)	-	(117.300)	-	(117.300)	
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	14.354	-	14.354	-	14.354	
Destinação do lucro:										
• Aumento de capital com lucro - 21 de julho de 2020	21	72.000	-	-	-	(72.000)	-	-	-	
• Reserva legal	21	-	-	5.448	-	(5.448)	-	-	-	
• Dividendos propostos - R\$ 0,34 por ação	21	-	-	-	-	(52.250)	(52.250)	-	(52.250)	
• Retenção de lucros	21	-	-	-	41.982	(41.982)	-	-	-	
Total das transações com acionistas		-	-	5.448	41.982	(171.680)	(169.550)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		585.000	768	103.192	782.914	-	1.471.874	(367)	1.471.507	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	256.726	256.726	(7)	256.719	
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego		-	(768)	-	-	-	(768)	-	(768)	
Dividendos complementares em 30 de novembro de 2021 - R\$ 0,45 por ação		-	-	-	(67.547)	-	(67.547)	-	(67.547)	
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	27.250	-	27.250	-	27.250	
Destinação do lucro:										
• Aumento de capital com lucro - 30 de abril de 2021	21	85.000	-	-	-	(85.000)	-	-	-	
• Reserva legal	21	-	-	12.836	-	(12.836)	-	-	-	
• Retenção de lucros		-	-	-	158.890	(158.890)	-	-	-	
Total das transações com acionistas		-	-	12.836	158.890	(256.726)	(40.297)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)		670.000	-	116.028	901.507	-	1.687.535	(374)	1.687.161	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

- 1. Contexto operacional**
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 468 lojas (2020 – 412 lojas).
- 1.1. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19 na Companhia**
Desde 2020, o avanço da Covid-19 tem impactado substancialmente a economia e as atividades da população mundial. O ano de 2021 iniciou ainda com muitas incertezas e um cenário muito sensível.
No primeiro trimestre, em decorrência da 2ª onda de contágio no Brasil, foram tomadas, por alguns estados e municípios, medidas para conter o avanço do vírus, tais como: restrições ao varejo não essencial, limitações à livre circulação de pessoas, dentre outras medidas que impactaram o funcionamento e o fluxo de clientes de nossas lojas, além de uma aversão ao risco generalizada que trouxe um impacto relevante nas vendas de mercadorias daquele período. No final do mês de abril, com o avanço da vacinação da população e desaceleração dos efeitos da pandemia, as medidas restritivas foram flexibilizadas e com a reabertura das lojas percebeu-se uma retomada de fluxo, o que refletiu na retomada da operação das lojas.
Mesmo com um cenário ainda incerto, a Companhia manteve seu compromisso de levar a marca ao maior número de lares brasileiros e terminou o ano com a inauguração de 56 novas lojas, destacando seu papel social de gerar emprego e renda. A Pernambucanas manteve-se atenta a todos os desdobramentos da Covid-19 e procurou atuar de forma diligente, a fim de garantir a segurança e saúde de seus colaboradores e clientes e manter a continuidade da operação.
Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, todas as lojas da Companhia estavam operando normalmente e com um fluxo normal.
- 1.2. Relação de entidades controladas**
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas:
- | | Participação | | | |
|---|--------------|----------|---------|----------|
| | 2021 | | 2020 | |
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento | 100,00% | - | 100,00% | - |
| Hotel Jatiúca S.A. | 99,94% | 0,02% | 99,94% | 0,02% |
| Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Muricy Sociedade Comercial Ltda. | 99,99% | - | 99,99% | - |
| Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda. | 99,80% | 0,20% | 99,80% | 0,20% |
| Tropicana de Hotéis e Turismo S.A. | 99,99% | - | 99,99% | - |
| Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. | 10,00% | 90,00% | 10,00% | 90,00% |
| Pefisa Corretora de Seguros S.A. ("PEFISA") | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (i) | 100% | - | - | - |
- (i) Empresa criada com o objetivo de alavancar a carteira de clientes, principalmente, através da venda de serviços financeiros.
As demonstrações financeiras das entidades controladas obedecem às mesmas práticas contábeis adotadas pela Controladora, sendo que no caso da PEFISA, por se tratar de uma instituição financeira que segue a regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN, foram feitas análises de convergência às normas CPC / IFRS.
Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").
A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatiúca S.A., localizada em Maceió, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da controlada Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.
A Controladora compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.
- 2. Base de preparação e declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)**
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias de capital aberto, por meio do CPC 09 / (Deliberação CVM nº 557/08). Considerando que a Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que as normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de abril de 2022.
- 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Pernambucanas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
- 2.2. Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:
• Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (Nota 10);
• Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo (Nota 26);
• As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo (Nota 13c).
Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das entidades controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.
- 2.3. Principais políticas contábeis**
- 2.3.1. Consolidação**
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 1.2.
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as entidades controladas e a Controladora estão descritas na Nota 13a.
- 2.3.2. Moeda estrangeira**
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais da Companhia estão relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros e são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.
- 2.3.3. Benefícios a empregados**
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não tem obrigações de benefícios de longo prazo, por exemplo *stock option* ou similar.
- 2.3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras**
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:
• Receita de juros;
• Despesa de juros;
• Receitas com descontos em negociações comerciais;
• Receita de ajuste a valor presente do contas a receber;
• Despesa de ajuste a valor presente de fornecedores;
• Despesa de juros com arrendamento mercantil.
A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.
A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:
• Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
• Ao custo amortizado do passivo financeiro.
No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.
- 2.3.5. Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo conforme aplicável.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.3.7. Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Período em anos
Ativos:	
Edifícios	40 – 80 anos
Móveis e utensílios	5 – 10 anos
Instalações	10 anos
Veículo	5 anos
Aeronaves	7 anos
Equipamentos	5 – 10 anos

2.3.8. Ativos intangíveis

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*; e
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A vida útil estimada para as licenças de *software* é de 5 anos.

2.3.9. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. Sendo inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.3.10. Arrendamento e direito de uso

Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles enquadrados nas isenções), que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A composição do direito de uso está na Nota 15.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.3.11. Deterioração de ativos não financeiros - impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

2.3.13. Instrumentos financeiros**Reconhecimento e mensuração inicial**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Classificação e mensuração subsequente**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

2.3.14. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment*.

2.3.15. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria.

2.3.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.3.17. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

2.3.18. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita com contratos de clientes, a qual estabelece um modelo de cinco passos para determinar a mensuração da receita, o momento e como ela será reconhecida, a saber: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo. Para as receitas cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

A receita é reconhecida quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro e por meio de cartão de crédito ou débito.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso o *e-commerce*, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

(b) Vendas de serviços financeiros

A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço. O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

(c) Receita de incorporação

As receitas de vendas, os custos de terrenos e construções, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.3.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

2.3.20. Reservas de retenção de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(a) Incertezas de estimativas e premissas

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA. Na Nota 6 está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado (Nota 7).

(c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração (Nota 12).

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor (Nota 13c).

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não tem operações que se enquadrem nesta norma.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15 / IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8).

A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	37.346	29.091	71.156	114.687
Numerário em trânsito	20.754	18.090	20.754	18.090
Aplicações financeiras	323.118	707.664	805.167	1.427.025
Letras Financeiras do Tesouro – LTF (i)	-	-	362.066	-
	381.218	754.845	1.259.143	1.559.802
Circulante	381.218	754.845	1.259.143	1.514.889
Ativo não circulante	10.053	-	10.053	44.913

As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 96,6% do CDI ou 4,27% ao ano (2020 – 94,00% do CDI ou 2,61% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante), com rendimento médio anual de 99,95% do CDI (2020 – 99,95% do CDI).

(i) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LTF, e são classificadas na categoria "VJR". O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Existem transações da Controladora com partes relacionadas no montante de R\$ 31.499 (2020 – R\$ 116.056) em aplicações financeiras (Nota 8).

Os valores de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrição de uso.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	10.053	-	10.053	44.913
	10.053	-	10.053	44.913
Não circulante	10.053	-	10.053	44.913

Aplicação financeira a juros de 100% do IPCA Fiança + 4,80%.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	362.061	310.040	394.091	338.388
Contas a receber partes relacionadas (Nota 8)	229.237	451.951	-	-
Operações de crédito	-	-	1.841.666	2.056.087
	591.298	761.991	2.235.757	2.394.475
Circulante	591.298	761.991	2.189.214	2.320.348
Não circulante	-	-	46.543	74.127

As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela Controlada PEFISA.

As contas a receber de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas conforme segue:

Saldos por vencimento do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crediário próprio				
A vencer				
Até 30 dias	334.340	428.729	659.484	865.284
De 31 a 60 dias	3.944	5.058	296.626	328.614
De 61 a 90 dias	9.799	12.565	299.339	224.960
De 91 a 180 dias	149.177	191.292	335.925	348.221
	98.465	126.261	236.173	234.479
Acima de 181 dias	595.725	763.905	1.828.087	2.001.558
	2021	2020	2021	2020
Vencidas				
De 01 a 30 dias	-	-	67.389	56.009
De 31 a 60 dias	-	-	35.381	32.206
De 61 a 90 dias	-	-	45.317	92.046
De 91 a 180 dias	-	-	123.649	182.545
	-	-	181.450	92.443
Acima de 181 dias	-	-	453.186	455.249
	2021	2020	2021	2020
Controladora				
2021	2020	2021	2020	
Crediário próprio	-	-	2.281.273	2.456.807
Cartões de crédito – terceiros	366.488	311.954	368.374	313.644
Contas a receber – partes relacionadas	229.237	451.951	-	-
Total	595.725	763.905	2.649.647	2.770.451
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(407.341)	(372.889)
Ajuste a valor presente	(4.427)	(1.914)	(6.549)	(3.087)
Contas a receber de clientes, líquido	591.298	761.991	2.235.757	2.394.475

O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio e a data do efetivo recebimento dos clientes. O ajuste a valor presente dos recebíveis é calculado para os vencimentos acima de 30 dias, e é utilizada uma taxa equivalente a taxa livre de risco acrescida do risco da indústria (Nota 2.3.15).

Em 31 de dezembro de 2021, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R\$ 453.186 (2020 – R\$ 455.249), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

Para fins da Controladora, não realizamos análise de perda devido ao risco se manter apenas na Controlada PEFISA. O saldo da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de suas controladas PEFISA, Hotel Jatiúca e Alinec em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 407.341 (2020 – R\$ 372.889), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento descrito no parágrafo anterior adotado por sua controladora.

Movimentações da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	372.649	665.434
Adições	420.808	468.787
Recuperações (i)	(128.171)	-
Reversão de provisão	(257.945)	(761.332)
Saldo final	407.341	372.889

(i) Valores referentes à recuperação (recebimento) de saldos vencidos.

A constituição e a baixa da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, conforme mencionada acima.

Mensuração da perda esperada

A mensuração das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O procedimento de cálculo da perda de crédito esperada considera, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

• **Estágio 1** - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2;

• **Estágio 2** - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;

• **Estágio 3** - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "Probability of default" para 100%.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que refitam seu objetivo para com o instrumento, verificando se os fluxos de caixa contratuais compreendem apenas pagamento de principal e juros.

Parâmetros de risco de crédito

Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

• **Exposição à inadimplência ("Exposure at default" - EAD):** é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.

• **Probabilidade de inadimplência ("Probability of default" - PD):** é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.

• **Loss Given Default ("Loss given default" - LGD):** é uma estimativa de perda originada no caso de uma inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Visão Forward Looking

Para a incorporação de informação prospectiva que possam reforçar o cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, utilizando cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios.

Para estimar os parâmetros acima, a Companhia aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros.

Definição de inadimplência

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias para revenda	437.225	385.362	532.883	450.146
Material para consumo	13.071	9.692	13.497	9.949
Ajuste a valor presente	(10.841)	(4.768)	(10.841)	(4.768)
	439.455	390.286	535.539	455.327
(-) Provisão para perda de estoque	(13.661)	(12.016)	(13.661)	(12.016)
	425.794	378.270	521.878	443.311

O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às perdas de inventário e à provisão para desvalorização dos estoques, ambas constituídas conforme os critérios descritos na Nota 2.3.6.

Movimentação da provisão para perda nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(12.016)	(14.164)	(12.016)	(14.164)
Adição	(13.742)	(39.151)	(13.742)	(39.151)
Baixa por perda	12.097	41.299	12.097	41.299
Saldo final	(13.661)	(12.016)	(13.661)	(12.016)



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (...continuação) (Em milhares de Reais)

8. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo Departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), e correspondeu em uma média de 9,74% ao ano (2020 – 5,51% ao ano).

Os saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados, conforme segue:

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	Total – 2021	Total – 2020
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa (ii)	555	3.639	-	27.305	-	-	31.499	116.056
Contas a receber (Nota 6) (i)	204.237	-	-	-	-	-	204.237	451.951
Outras contas a receber (ii)	10.048	-	-	-	-	-	10.048	20.045
Dividendos a receber (Nota 6)	25.000	-	-	-	-	-	25.000	-
Ativo não circulante								
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	-	-	-	7	-	7	3.019
Passivo circulante								
Repasso de recursos (i)	(69.048)	-	-	(1.347)	-	(825)	(71.220)	(66.340)
Passivo não circulante								
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(1.572)
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	(10.048)	-	-	(10.048)	(20.045)
Letra de câmbio (ii)	(31.499)	-	-	-	-	-	(31.499)	(116.056)
Demonstração do resultado								
Receitas (despesas) financeiras	-	-	89	-	-	(274)	(185)	(183)
	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	Total – 2020	Total – 2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa (ii)	77.569	9.817	2.304	26.366	-	-	116.056	-
Contas a receber (Nota 6) (i)	451.934	-	-	17	-	-	451.951	530.293
Outras contas a receber (ii)	20.045	-	-	-	-	-	20.045	-
Dividendos a receber (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	18.847
Ativo não circulante								
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	2.195	-	-	7	817	3.019	5.849
Passivo circulante								
Repasso de recursos (i)	(60.012)	-	(1.674)	(4.654)	-	-	(66.340)	(81.883)
Passivo não circulante								
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	(1.572)	-	-	-	(1.572)	(1.489)
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	(20.045)	-	-	(20.045)	-
Letra de câmbio (ii)	(116.056)	-	-	-	-	-	(116.056)	-
Demonstração do resultado								
Receitas (despesas) financeiras	-	-	83	-	-	(44)	39	20

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujo valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.

(ii) Existem operações indiretas com Controladas no montante de R\$ 31.499 (2020 – R\$ 116.056) em aplicações financeiras (Nota 4).

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com amortização do direito de uso, juros, arrendamentos e alugueis com partes relacionadas totalizaram R\$ 26.344 (2020 – R\$ 42.376).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, totalizou R\$ 11.892 (2020 – R\$ 14.407) na Controladora e R\$ 18.845 (2020 – R\$ 16.412) no Consolidado.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar (i)	189.009	325.714	189.009	325.714
INSS a recuperar (iv)	57.489	42.406	57.489	42.406
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	1.797	345	1.797	345
ICMS a recuperar	8.336	10.252	8.336	10.252
ICMS transferência interestadual (ii)	19.871	15.711	19.871	15.711
ICMS retido substituição tributária (iii)	25.896	24.122	25.896	24.122
Outros impostos a recuperar	-	-	20.653	17.781
	<u>302.398</u>	<u>418.550</u>	<u>323.050</u>	<u>436.331</u>
Ativo circulante	164.307	296.079	105.379	240.509
Ativo não circulante	138.091	122.471	217.671	195.822

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na controladora no montante de R\$ 189.009 (2020 – R\$ 325.714), refere-se à ação judicial transitada em julgado que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS.

(ii) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R\$ 19.871 (2020 – R\$ 15.711), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R\$ 25.896 (2020 – R\$ 24.122), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iv) O INSS a recuperar refere-se ao processo de recálculo do FAP/RAT/SAP, oriundo da aplicação da Súmula 357 retroativo ao ano de 2010 após conversão dos depósitos judiciais em renda.

10. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado						
2021						
Início	Vencimento	Dólar contratado	Volume USD	Valor de face	MTM	Valor contábil
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	2.671	14.409	14.993	584
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	52	281	292	11
24/06/2021	03/05/2021	5,3875	2.839	14.307	15.786	1.479
24/06/2021	01/02/2022	5,0720	4.306	21.840	23.757	1.917
24/06/2021	02/03/2022	5,1040	5.137	26.221	28.520	2.299
24/06/2021	01/04/2022	5,1350	5.187	26.633	28.991	2.358
		<u>20.192</u>	<u>103.691</u>	<u>112.339</u>		<u>8.648</u>
Controladora e Consolidado						
2020						
Início	Vencimento	Dólar contratado	Volume USD	Valor de face	MTM	Valor contábil
17/11/2020	01/03/2021	5,3998	975	5.265	5.056	(209)
17/11/2020	01/04/2021	5,3971	1.694	9.143	8.777	(365)
17/11/2020	03/05/2021	5,3875	2.154	11.605	11.142	(462)
17/11/2020	01/06/2021	5,3952	2.606	14.060	13.493	(567)
17/11/2020	01/07/2021	5,3975	3.745	20.214	19.394	(819)
18/11/2020	02/08/2021	5,3840	2.057	11.075	10.668	(407)
18/11/2020	01/09/2021	5,3920	1.027	5.538	5.333	(205)
26/11/2020	01/02/2021	5,3287	65	346	337	(9)
26/11/2020	01/03/2021	5,3347	65	347	337	(10)
26/11/2020	01/04/2021	5,3422	65	347	337	(10)
26/11/2020	03/05/2021	5,3509	65	348	338	(10)
26/11/2020	01/06/2021	5,3603	65	279	271	(8)
26/11/2020	01/07/2021	5,3719	52	279	271	(8)
26/11/2020	02/08/2021	5,3856	52	280	272	(8)
26/11/2020	01/09/2021	5,3998	52	281	272	(8)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	1.385	7.473	7.255	(218)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	52	281	272	(8)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	1.374	7.389	7.198	(191)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	2.126	11.470	11.172	(298)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	2.671	14.409	14.036	(373)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	52	280	272	(7)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	52	281	273	(7)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	52	281	273	(7)
17/03/2020	17/03/2021	CDI + 2,5	45.000	59.582	45.071	14.511
20/06/2018	22/06/2021	CDI + 2,4	16.667	25.304	16.684	8.620
09/08/2018	26/07/2021	CDI + 2,6	12.000	21.083	14.336	6.747
		<u>96.157</u>	<u>227.240</u>	<u>193.140</u>		<u>25.664</u>
Controladora e Consolidado						
Valor contábil						
		2021	2020	2021	2020	
Posição ativa		8.648	143.347	8.648	143.347	
Posição passiva		-	(117.683)	-	(117.683)	
Valor líquido		<u>8.648</u>	<u>25.664</u>	<u>8.648</u>	<u>25.664</u>	

Em 31 de dezembro de 2021, as taxas de juros fixas variaram entre 2,40% e 2,60% a.a..
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo existente de instrumentos financeiros, refere-se apenas ao hedge cambial dos contratos de NDFs. As taxas e variações, exceto variação cambial, mencionados acima, referem-se aos empréstimos 4131 que encerraram em dezembro de 2021.

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Adiantamento a empregados	9.149	10.221	9.149	10.222
Adiantamento a fornecedores	8.082	5.591	37.873	27.016
Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*)	40.512	24.021	40.512	24.021
Devedores por serviços e produtos financeiros	1.491	1.133	55.538	19.645
Devedores por venda de imóveis	41	34.297	41	34.297
Prêmio de seguro a apropriar	255	2.013	255	2.013
Empréstimo de mútuo (Nota 8)	7	3.019	-	-
Outras contas a receber	11.520	4.602	47.312	72.025
	<u>71.057</u>	<u>84.897</u>	<u>190.680</u>	<u>189.239</u>
Ativo circulante	71.000	81.878	174.767	178.978
Ativo não circulante	57	3.019	15.913	10.261

(*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde existem acordos de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.212	37.089	108.650	93.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar – exclusão Selic (i)	146.577	-	146.577	-
	<u>194.789</u>	<u>37.089</u>	<u>255.227</u>	<u>93.198</u>
Ativo circulante	48.212	37.089	108.650	93.198
Ativo não circulante	146.577	-	146.577	-

(i) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic em créditos fiscais.

(b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2020	Resultado em 2020	Saldo em 2021	Resultado em 2021
Base negativa CSLL	5.145	28.859	34.004	7.016
Prejuízo fiscal – IRPJ	3.265	80.123	83.388	8.440
Provisões não dedutíveis temporariamente				
Bônus a empregados	22.059	(3.737)	18.322	24.600
Contingências (i)	10.028	1.169	11.197	190.621
Provisão depósitos judiciais	577	-	577	-
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	93.682
Perdas de estoque	4.085	560	4.645	4.085
Provisão propaganda	135	2.426	2.561	135
Operação de hedge	3.115	(634)	2.481	1.287
PIS e COFINS sobre vendas – redução base ICMS	-	(23.461)	(23.461)	-
Arrendamento mercantil – IFRS 16	23.968	17.525	41.493	23.968
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	(12.898)
Operações imobiliárias	100.351	(48.047)	52.304	101.784
Outras	2.236	300	2.536	2.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	<u>174.964</u>	<u>55.083</u>	<u>230.047</u>	<u>445.962</u>
Total do ativo	<u>177.582</u>	<u>-</u>	<u>230.047</u>	<u>461.477</u>
Total do passivo	<u>(2.618)</u>	<u>-</u>	<u>(15.515)</u>	<u>(18.200)</u>
Controladora e Consolidado				
	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2019	Resultado em 2020	Saldo em 2019	Resultado em 2020
Base negativa CSLL	3.894			

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido em 2020	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido em 2020
Operação de hedge	4.427	(3.793)	-	634	4.427	(3.793)
Arrendamento mercantil – FRS 16	12.523	11.445	-	23.968	12.523	11.445
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	(11.453)	(1.445)	-
Operações imobiliárias	121.777	(30.441)	9.015	100.351	122.554	(5.818)
Outras	2.290	2.426	-	4.716	1.963	1.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	181.285	(15.336)	9.015	174.964	476.080	(15.166)
Total do ativo	183.926	-	-	177.582	490.173	-
Total do passivo	(2.641)	-	(2.618)	(14.093)	-	(15.515)

(i) O montante no consolidado está relacionado basicamente a processos tributários da Controlada PEFISA, conforme descrito na Nota 19.a.

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos estão segregados entre as Empresas: Controladora R\$ 232.665 (2020 – R\$ 174.964) e as Controladas PEFISA R\$ 265.435 (2020 – R\$ 276.495) e Alinc R\$ (12.117) (2020 – R\$ (5.227)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de base de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 70.636 (2020 – R\$ 70.013), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R\$ 24.016 (2020 – R\$ 23.804).

Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

c. Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	90.667	200.918	119.968	236.879
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social – %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(30.827)	(68.312)	(40.789)	(80.539)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:				
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	1.594	790
Resultado de equivalência patrimonial	17.464	18.645	-	-
Patrocínios e doações	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
Exclusão atualização monetária de indêbitos tributários (ii)	185.603	-	185.603	-
Outras	(3.061)	(638)	(6.530)	(6.517)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Corrente	110.976	(37.788)	101.379	(73.919)
Diferido	55.083	(15.336)	35.379	(15.166)
	166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Alíquota efetiva – (ii)	183%	26%	114%	38%

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 20%.

(ii) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic em créditos fiscais.

A alíquota efetiva de 2021 está sendo afetada em função do efeito da recuperação deste processo.

13. Investimentos

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento				Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.				2021		2020	
	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTA Empreendimentos	ALTA Promotora	ALTA Gestão de Ativos	Demais companhias	Total	Total			
Movimentação dos investimentos												
Saldo em 1º de janeiro		627.641	56.286	50.530	263.469	-	-	-	997.926	993.655		
Dividendos recebidos		(65.000)	-	-	-	-	-	-	(72.299)	(8.303)		
Aporte de capital em dinheiro		-	2.195	-	-	-	-	-	103.195	12.024		
Aporte de capital em imóveis (i)		-	-	-	58.286	15.264	-	46.834	120.384	43.047		
Alienação de participação societária (iii)		-	-	(41.747)	-	-	(46.814)	-	(88.561)	(101.897)		
Ajuste investimentos		9.083	-	-	-	-	-	-	9.083	(3.750)		
Resultado de equivalência patrimonial		11.950	(1.106)	2.583	33.252	4.175	533	(20)	51.367	54.847		
Saldo em 31 de dezembro		583.674	57.375	4.067	355.007	19.439	101.533	-	1.121.095	997.926		
Ágio		-	42	-	-	-	-	-	42	42		
		583.674	57.417	4.067	355.007	19.439	101.533	-	1.121.137	997.968		
Movimentação da provisão para passivo a descoberto												
Saldos em 1º de janeiro		-	-	-	-	-	-	-	(83)	(83)		(75)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)		(8)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro		-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)		(83)
Quantidade de ações / quotas												
Ações												
Ordinárias		298.000	122.500	-	-	-	-	-	-	-		-
Preferenciais		-	2.500	-	-	-	-	-	-	-		-
Quotas		-	-	156.000	418.873	64.545	101.000	-	-	-		-
Participação societária – %		100	99,94	99,99	99,99	100	100	-	-	-		-

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento				Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.				2020		2019	
	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTA Propriedades	ALTA Promotora	ALTA Gestão de Ativos	Demais companhias	Total	Total			
Movimentação dos investimentos												
Saldo em 1º de janeiro		593.480	62.342	5.787	242.882	87.917	1.247	993.655	823.116			
Dividendos recebidos		-	-	-	-	-	-	-	(8.303)			
Aporte de capital em dinheiro		-	-	9.150	2.874	-	-	12.024	20			
Aporte de capital em imóveis (i)		-	-	32.853	10.194	-	-	43.047	103.930			
Perda em função da variação do percentual		-	-	-	-	-	-	-	(266)			
Alienação de participação societária (iii)		-	-	-	-	(100.650)	(1.247)	(101.897)	-			
Ajuste investimentos		(11.142)	-	-	7.392	-	-	(3.750)	(1.070)			
Resultado de equivalência patrimonial		45.303	(6.056)	2.740	127	12.733	-	54.847	76.228			
Saldo em 31 de dezembro		627.641	56.286	50.530	263.469	-	-	997.926	993.655			
Ágio		-	42	-	-	-	-	42	208			
Provisão para perdas		-	-	-	-	-	-	-	(1.413)			
		627.641	56.328	50.530	263.469	-	-	997.968	992.450			
Movimentação da provisão para passivo a descoberto												
Saldos em 1º de janeiro		-	-	-	-	-	-	(75)	(75)			(67)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	(8)	(8)			(8)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro		-	-	-	-	-	-	(83)	(83)			(75)
Quantidade de ações / quotas												
Ações												
Ordinárias		298.000	122.500	-	-	-	-	-	-			-
Preferenciais		-	2.500	-	-	-	-	-	-			-
Quotas		-	-	156.000	418.873	64.545	101.000	-	-			-
Participação societária – %		100	99,94	99,99	99,99	100	100	-	-			-

(i) Refere-se à transferência de imóveis, como parte do aporte de capital, com o objetivo de gerar ganhos futuros para a Companhia, este valor é composto por terrenos, prédios, avaliação a valor justo, instalações e outros.

(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTA Propriedades e ALTA Empreendimentos, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, a qual não foi realizada para os acionistas.

A rubrica "Demais companhias" estão abrangidas pelas seguintes empresas:

	2021	2020
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	(7)	(7)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	(78)	(76)
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	-	-
	(85)	(83)

(a) Igualização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em

(b) Principais companhias do consolidado

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2021				2020				
	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTA Empreendimentos	ALTA Promotora	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.
Balancos patrimoniais									
Ativo total	3.189.197	72.102	4.085	432.108	20.656	101.808	3.531.747	78.119	179.480
Passivo total	(2.603.463)	(14.695)	-	(79.044)	(928)	(275)	(2.892.963)	(21.801)	(646)
Patrimônio líquido	(585.734)	(57.407)	(4.085)	(353.064)	(19.728)	(101.533)	(638.784)	(56.318)	(178.834)
Receita líquida de vendas	805.717	22.694	-	55.513	4.551	9	1.080.834	14.715	-
Lucro (prejuízo) do exercício	11.950	(1.106)	2.583	33.252	4.175	533	45.303	(6.057)	3.013

(c) Propriedade para investimentos (empresa imobiliária)

A Companhia constituiu uma sociedade controlada que tem como objeto social a administração, locação, compra, venda e incorporação de imóveis. O capital social das novas sociedades foi integralizado mediante a transferência em anos anteriores de imóveis da Companhia, com o fim de agregar valor a esse patrimônio através da operação do novo negócio especializado. Todos os bens que foram transferidos à Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. e a Muricy Sociedade Comercial Ltda. Todos esses imóveis estão classificados como propriedade para investimento na nova sociedade e, por consequência, avaliados pelo seu valor justo nas suas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, para fins das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, somente os imóveis efetivamente alugados a terceiros estão apresentados como propriedade para investimentos e, consequentemente, avaliados ao valor justo.

Abaixo a movimentação da conta:

	2021	2020
Valor dos bens		
Saldo inicial	156.894	156.739
Adição ao custo	-	7.332
Baixa por alienação	(11.921)	(12.200)
Avaliação a valor justo no exercício	11.526	5.023
	156.499	156.894



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

(...continuação)

14.

Imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(a) Controladora

Ano 2021:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Aquisição	-	-	56.859	8.712	32.949	-	4.239	638	103.271	206.668
Alienação	(3.717)	(22.882)	(2.618)	(62)	(6.950)	-	(2)	-	-	(36.231)
Depreciação	-	(257)	(28.797)	(11.112)	(22.160)	(93)	(9.171)	(417)	-	(72.007)
Reclassificação	-	(6.669)	6.669	(12.946)	-	-	3	-	12.943	-
Transferências	-	-	4.205	-	1.672	-	123	-	(6.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Custo total	-	25	495.576	167.987	302.143	1.193	139.541	9.866	140.765	1.257.096
Depreciação acumulada	-	-	(283.669)	(111.291)	(180.581)	(899)	(110.294)	(9.260)	-	(695.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.509	56.186	134.493	56.818	123.402	1.418	27.234	1.307	45.130	457.497
Aquisição	-	241	-	29.030	-	43	15.765	-	74.731	119.810
Alienação	(7.792)	(25.336)	-	(1.242)	(8.281)	(954)	-	-	-	(43.605)
Depreciação	-	(1.258)	(24.266)	(12.502)	(23.018)	(120)	(8.944)	(922)	-	(71.030)
Transferências	-	-	65.362	-	23.948	-	-	-	(89.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Custo total	3.717	60.645	466.671	200.748	367.718	4.045	155.570	9.228	30.551	1.298.893
Depreciação acumulada	-	(30.812)	(291.082)	(128.644)	(251.667)	(3.658)	(121.515)	(8.843)	-	(836.221)
Valor residual	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

(b) Consolidado

Ano 2021:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Estande de vendas	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	-	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Movimentação 2021	-	24.461	56.858	8.760	-	32.966	-	-	8.136	638	101.470	233.289
Aquisição	-	(84.939)	(2.618)	(62)	-	(6.952)	-	-	(6)	-	-	(98.294)
Alienação	(3.717)	(1.122)	(28.796)	(11.389)	(427)	(22.437)	(93)	(3)	(13.095)	(416)	-	(77.778)
Depreciação	-	(6.679)	6.669	(12.946)	-	-	-	-	3	-	12.943	-
Reclassificação	10	-	4.205	-	-	-	-	-	148	-	(6.051)	-
Transferências	-	25	4.205	-	-	1.673	-	-	148	-	(6.051)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Custo total	29.165	73.724	495.575	172.433	934	305.232	1.192	75	145.261	9.866	131.328	1.364.785
Depreciação acumulada	-	(6.779)	(283.668)	(114.193)	(1.361)	(182.667)	(898)	(43)	(114.487)	(9.260)	-	(713.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	10	20	10	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.654	201.865	134.493	59.284	124.944	1.429	56	29.027	1.307	45.199	638.258
Aquisição	-	242	-	29.612	64	43	1	15.891	-	67.087	112.940
Alienação	(7.792)	(64.775)	-	(1.737)	(8.280)	(954)	(1)	-	-	-	(83.539)
Depreciação	-	(2.133)	(24.266)	(13.282)	(23.361)	(131)	(21)	(9.330)	(923)	-	(73.447)
Transferências	10	-	65.362	-	23.948	-	-	-	-	(89.320)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Custo total	32.872	171.916	466.671	206.109	370.790	4.124	696	160.199	9.227	22.966	1.445.570
Depreciação acumulada	-	(36.717)	(291.082)	(132.232)	(253.475)	(3.737)	(661)	(124.611)	(8.843)	-	(851.358)
Valor residual	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	10	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

15.

Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas em virtude do reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos de locação que, após avaliação da Companhia, identificou-se estarem no escopo do CPC 06 - Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, conforme demonstrado abaixo:

(a) Ativo direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	977.598	665	978.263	750.820	665	751.485
Adições	393.685	1.769	395.454	393.685	1.769	395.454
Depreciação no exercício (Nota 26)	(107.633)	(842)	(108.475)	(107.633)	(842)	(108.475)
Baixa por encerramento	(203.859)	-	(203.859)	-	-	-
Ajuste por remensuração	15.777	26	15.803	38.696	26	38.722
Saldo em 31/12/2020	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Saldo inicial em 01/01/2021	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Depreciação no exercício (Nota 26)	(151.354)	(1.089)	(152.443)	(151.354)	(1.089)	(152.443)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.394.535	2.648	1.397.183	1.394.535	2.648	1.397.183

(b) Passivo de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo em 31/12/2019	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Adoção Inicial - CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3))	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Saldo inicial em 01/01/2020	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Adições	393.685	1.768	395.453	393.685	1.768	395.453
Juros apropriados	94.602	72	94.674	94.602	72	94.674
Baixa por pagamento	(162.715)	(921)	(163.636)	(162.715)	(921)	(163.636)
Baixa por encerramento	(206.956)	-	(206.956)	-	-	-
Ajuste por remensuração	18.874	27	18.901	41.051	27	41.078
Saldo em 31/12/2020	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Saldo inicial em 01/01/2021	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Juros apropriados	138.701	249	138.950	138.701	249	138.950
Baixa por pagamento	(243.729)	(1.240)	(244.969)	(243.729)	(1.240)	(244.969)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.517.196	2.756	1.519.952	1.517.196	2.756	1.519.952

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 529 contratos de arrendamento (433 em 31 de dezembro de 2020) para suas unidades comerciais e administrativas, sendo que alguns destes preveem uma contraprestação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor continua sendo registrado como despesa de acordo com a sua competência. Para os contratos que, após análise inicial, estão no escopo da norma, na mensuração do passivo de arrendamento considerou-se o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 14,08% a.a. Em 2021, a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e, para os novos contratos, foi utilizada a taxa de 9,80%.

Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

Vencimentos	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
2022	324.650	233.691
2023	166.307	144.041
2024	161.737	137.494
2025	156.441	132.515
2026	147.865	127.909
2027	138.091	122.013
2028	125.162	114.194
2029 em diante	299.699	141.674
Saldo final	1.519.952	1.153.531

A Controladora possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos, em 31 de dezembro de 2021, o valor potencial do crédito trazido a valor presente é de R\$ 140.596 (2020 - R\$ 106.702).

(c) Resultado

Com a adoção da norma CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, o resultado da Companhia ficou menor em R\$ 39.513 (2019 - R\$ 39.929) na Controladora e no Consolidado conforme abaixo:

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Redução em despesas de ocupação	(244.969)	(163.636)	(244.969)	(163.636)
Aumento em depreciação com direito de uso	152.443	108.475	152.443	108.475
Aumento em despesas financeiras com arrendamento	138.950	94.674	138.950	94.674
Lucro líquido menor em R\$	46.424	39.513	46.424	39.513

(d) Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável

A Companhia possui contratos de arrendamento que se enquadram nas características de isenção da norma para bens de baixo valor, bens que, apesar de não serem de baixo valor, seu prazo é igual ou inferior a 12 meses, e bens cuja contraprestação é variável. Tais contratos estão representados, substancialmente, por empilhadeiras, ferramentas, máquinas e equipamentos de informática.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bens de baixo valor	11.900	9.724	11.900	9.724
Arrendamento de curto prazo	345	3.696	345	

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de Reais)

(...continuação)

16. Intangível

(a) Controladora

	Controladora			
	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	(i) Software em desenvolvimento	Intangível total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	38.005	5.136	43.706
Movimentação 2020				
Adição	-	-	64.168	64.168
Amortização	-	(16.485)	-	(16.485)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	27.073	(27.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Custo total	565	261.541	42.231	304.337
Depreciação acumulada	-	(212.952)	-	(212.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Movimentação 2021				
Adição	-	-	111.021	111.021
Amortização	-	(19.400)	-	(19.400)
Alienação	-	(2)	-	(2)
Transferência	-	80.667	(80.667)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Custo total	565	323.803	72.585	396.952
Depreciação acumulada	-	(213.949)	-	(213.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Taxa de amortização - %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de software, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

(b) Consolidado

	Consolidado			
	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	(i) Software em desenvolvimento	Intangível total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	84.782	31.548	116.895
Movimentação 2020				
Adição	-	-	92.700	92.700
Amortização	-	(34.600)	-	(34.600)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	45.879	(45.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Custo total	565	366.438	78.369	445.372
Depreciação acumulada	-	(270.381)	-	(270.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Movimentação 2021				
Adição	-	8.181	173.177	181.358
Amortização	-	(37.660)	-	(37.660)
Alienação	-	(46)	-	(46)
Transferência	-	79.882	(79.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Custo total	565	440.205	171.664	612.434
Depreciação acumulada	-	(293.791)	-	(293.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Taxa de amortização - %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de software, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	802.706	799.380	803.427	828.725
Fornecedores estrangeiros	29.876	40.058	29.876	40.058
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros	76.717	84.379	80.054	86.192
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	774.456	918.656
Confirming (ii)	92.469	171.471	92.469	143.012
Ajuste a valor presente	(13.630)	(6.271)	(13.630)	(6.271)
Total de fornecedores	988.138	1.089.017	1.766.652	2.010.372
Passivo circulante	988.138	1.088.484	1.766.539	2.009.725
No passivo não circulante	-	533	113	647

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

18. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros e comissões - %	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Capital de giro - moeda estrangeira - USD	5,14 a 6,39	dez/21	-	97.535	-	97.535
Capital de giro - moeda nacional (a)	CDI + 2,25% a 4,10% a.a.	mai/25	549.402	649.729	596.777	699.377
	CDI / CETIP + 2,60 a 3% a.a.	mai/25	25.145	53.277	25.145	53.277
	SELIC + 5 % a.a.	jun/21	-	30.096	-	30.096
	CDI + 1,89% a.a.	dez/23	100.825	100.269	100.825	100.269
Debêntures (i)						
Depósitos interfinanceiros (ii)	Taxa média de 118,85% do CDI	out/25	-	-	952.259	877.442
Arrendamento mercantil (iii)			906	2.158	906	2.158
			676.278	933.064	1.675.912	1.860.154
Passivo circulante			443.320	538.985	969.504	759.154
No passivo não circulante			232.958	394.079	706.408	1.101.000

(i) A Companhia detém empréstimos bancários e uma debênture com cláusulas contratuais (covenants) que, entre outros, requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais e atendimento de determinados prazos para disponibilização de demonstrações financeiras. Estes indicadores são acompanhados mensalmente pela Companhia e estão dentro dos limites indicados: i) a margem EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 700.000; iii) Dívida financeira líquida (somatório dos empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades de caixa) de até R\$ 1.000.000; e iv) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA ≤ 3. Em 31 de março de 2022, atendendo ao disposto na escritura de debêntures, a Companhia comunicou ao agente fiduciário que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seriam apresentadas em data posterior à data estabelecida como covenant. Em 26 de abril de 2022, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, na qual a Companhia teve seu pedido de anuência prévia, sem que seja configurada a ocorrência de um evento de vencimento antecipado, para eventual atraso no cumprimento da obrigação de fornecer ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras completas auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sendo concedido prazo até 6 de maio de 2022 (inclusive) para o fornecimento das referidas demonstrações financeiras.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de baixo valor individual, que não se enquadra na regra do CPC 06, com prazos que variam de 12 a 24 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros médios de CDI + 2,73% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022. Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias.

(a) Refere-se a capital de giro para apoiar suas atividades operacionais, a Companhia vem investindo fortemente na expansão de sua rede lojas, e com isso faz captações de apoio ao seu caixa operacional.

A Companhia é avalista dos empréstimos bancários de sua controlada Hotel Jatiúca S.A., no montante de R\$ 11.340 (2020 - R\$ 16.407).

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2021	-	538.985	-	759.154
2022	443.320	114.579	959.504	608.983
2023	106.000	100.000	413.174	300.467
2024	61.333	92.000	126.617	95.996
2025	65.625	87.500	176.617	95.554
	676.278	933.064	1.675.912	1.860.154

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	-	-	97.535	108.867
Moeda nacional	1.675.912	1.875.346	1.762.619	1.964.147
Total	1.675.912	1.875.346	1.860.154	2.072.834

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos. A Administração da Companhia faz hedge dos instrumentos financeiros NDFs (Nota 10), através de operações de swap, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
Moeda estrangeira	97.535	-	464.241	97.535
Moeda nacional	833.371	675.372	708.222	833.371
Arrendamento mercantil	2.158	906	4.872	2.158
Total	933.064	676.278	1.177.534	933.064

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
Moeda estrangeira	464.241	97.535	464.241	97.535
Moeda nacional	708.222	833.371	708.222	833.371
Prefixados (BNDES)	186	-	186	-
Prefixados (FINAME)	13	(12)	13	(12)
Arrendamento mercantil	4.872	2.158	4.872	2.158
Total	1.177.534	933.064	1.177.534	933.064

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Moeda estrangeira	97.535	-	464.241	97.535
Moeda nacional	883.019	722.746	883.019	722.746
Depósitos interfinanceiros	877.442	952.260	877.442	952.260
Arrendamento mercantil	2.158	906	2.158	906
Total	1.860.154	1.675.912	1.860.154	1.675.912

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
Moeda estrangeira	464.241	97.535	464.241	97.535
Moeda nacional	747.267	882.966	747.267	882.966
Depósitos interfinanceiros	755.357	877.442	755.357	877.442
Prefixados (BNDES)	186	-	186	-
Prefixados (FINAME)	130	53	130	53
Arrendamento mercantil	4.872	2.158	4.872	2.158
Total	1.972.053	1.860.154	1.972.053	1.860.154

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas por meio de notas promissórias, estando registradas pelo seu valor justo, e apresentam o seguinte prazo de realização:

	Consolidado	
	2021	2020
2021	-	1.580
2022	906	578
Total	906	2.158

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributários	6.703	7.156	6.703	7.156
Trabalhistas e cíveis	42.197	25.605	42.197	25.605
Ativo não circulante	48.900	66.920	48.900	66.920
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total	97.800	99.681	97.800	99.681

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributários	6.703	7.156	6.703	7.156
Trabalhistas e cíveis	42.681	35.298	42.681	35.298
Ativo não circulante	49.384	67.358	49.384	67.358
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total	98.768	109.812	98.768	109.812

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
No início do exercício	66.920	67.358	66.920	67.358
Adições de novos depósitos	231	5.718	231	5.718
Baixas por perda de causa	(18.382)	(18.382)	(18.382)	(18.382)
Atualização monetária	131	177	131	177
No fim do exercício	48.900	66.920	48.900	66.920

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
No início do exercício	25.604	477.254	25.604	477.254
Adições de novas provisões	1.817	4.566	1.817	4.566
Baixa por reversão de Provisão	(1.106)	(1.106)	(1.106)	(1.106)
Baixa por pagamento	(4.021)	(4.033)	(4.021)	(4.033)
Atualização monetária	2.507	9.103	2.507	9.103
No fim do exercício	24.801	477.254	24.801	477.254



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

(a) Processos tributários PIS e COFINS

A Controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de compensar os valores indubitadamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS nos termos da referida Lei. A Controlada PEFISA está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado como provisão para contingências fiscais é de R\$ 451.068 (2020 – R\$ 441.956).

(b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado correspondia a R\$ 42.681 (2020 – R\$ 60.202).

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, no montante de R\$ 822.872 (2020 – R\$ 781.085), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição abaixo por esfera e descrição das principais ações:

	2021	2020
Tributários	752.433	723.137
Trabalhistas	26.537	18.952
Cível	43.902	38.996
	<u>822.872</u>	<u>781.085</u>

(i) Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 279.429 (2020 – R\$ 274.501).

Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(ii) Auto de infração de ICMS

Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionados à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 344.771 (2020 – R\$ 339.595). Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(d) Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos judiciais e cauções – consolidado, os valores relativos aos casos em que a Administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. A Companhia apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais – efetuados para discussão cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 48.900 (2020 – R\$ 66.920) na Controladora, e R\$ 49.384 (2020 – R\$ 67.358) no Consolidado.

20. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	1.522	1.213	10.481	9.318
Repasse na intermediação de produtos financeiros e serviços (i)	2.339	1.648	114.126	1.648
Aluguéis a pagar (ii)	33.572	32.104	33.572	32.104
Receita diferida (iii)	140.122	146.061	140.122	146.061
Ação judicial (iv)	59.967	46.051	59.967	46.051
Repasse de recursos (Nota 9)	71.220	66.340	-	-
Empréstimo de mútuo / AFAC (Nota 9)	-	1.572	-	-
Outros	32.459	44.218	59.018	95.093
	<u>341.201</u>	<u>339.207</u>	<u>417.286</u>	<u>330.275</u>
Passivo circulante	183.179	206.606	258.889	198.880
Passivo não circulante	158.022	132.601	158.397	131.395

(i) A Companhia intermedia em suas lojas a venda de produtos financeiros e serviços, tais como venda de seguros, garantias e serviços de telecomunicações, o qual é repassado o valor da venda para os parceiros comerciais, em contrapartida a Companhia recebe uma comissão pela intermediação dos serviços.

(ii) Refere-se ao valor dos contratos de arrendamento, cuja contraprestação é variável e, portanto, não estão no escopo do CPC 06 (R3), cuja despesa foi reconhecida de acordo com a sua competência, mas o valor será efetivamente pago no início do mês subsequente.

(iii) Referem-se aos contratos de dez anos firmados com determinadas instituições financeiras, com exclusividade para a venda de serviços financeiros, garantias, e seguros a clientes da Companhia. O valor de R\$ 140.122 (2020 – R\$ 146.061) na controladora e consolidado, estão segregados entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R\$ 42.066 (2020 – R\$ 82.291) na controladora e consolidado e no passivo não circulante no valor de R\$ 98.056 (2020 – R\$ 63.770) na controladora e consolidado.

(iv) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio. Segundo os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco era considerado como possível, razão pela qual, não foi realizado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, o risco passou a ser classificado como provável. A sentença de perda do valor provisionado acima já é líquida e certa, mas ainda é objeto de recurso pelas partes por um possível aumento no valor em discussão. A Administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor do risco, em 31 de dezembro de 2011, em R\$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado corresponde a R\$ 59.967 (2020 – R\$ 46.051).

21. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2021, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 85.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R\$ 670.000 (2020 – R\$ 585.000).

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 72.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R\$ 585.000 (2019 – R\$ 513.000).

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2021, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 27.250.

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 14.354.

Em 26 de novembro de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária, foi deliberada a distribuição de dividendos complementares, no valor de R\$ 117.300, retirada da reserva de lucros a realizar.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	256.639	147.794
Lucro líquido – base para cálculo da reserva legal	256.639	147.794
Reserva legal – 5%	12.832	7.390
Lucro retido – não disponível ao acionista (i)	-	(137.366)
Lucro retido – disponível ao acionista (ii)	26.718	170.356
Lucro retido – não disponível ao acionista (iii)	(96.741)	-
Lucro retido – não disponível ao acionista (iv)	-	(54.306)
Lucro líquido ajustado – base para cálculo dos dividendos	173.784	119.088
Percentual de dividendos	25%	25%
Dividendos mínimos	43.446	29.772
Dividendos complementares ao mínimo	24.101	22.478
Dividendos propostos	67.547	52.250
Dividendos antecipados (iv)	(67.547)	-
Dividendos a distribuir	-	52.250

(i) Com a operação imobiliária, a Companhia registrou ganho de capital no montante de R\$ 137.366. Os dividendos referentes a esta operação já foram distribuídos.

(ii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor. Em 2021, houve a realização de R\$ 26.718 (2020 – R\$ 170.356).

(iii) A Companhia obteve êxito em ação judicial, referente à exclusão de SELIC e outros encargos de mora da base do IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários, o montante foi excluído da base de cálculo dos dividendos, o montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

(iv) A Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 67.547 em função da reestruturação imobiliária. Os dividendos distribuídos é referente à mais-valia na operação da venda dos imóveis.

(d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

22. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais, com o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas do Grupo. A Pernambucanas é uma empresa brasileira, dedicada à venda de mercadorias ao setor varejista exclusivamente no mercado interno, tendo também se estruturado para atender à necessidade financeira de seus clientes por meio de sua financeira PEFISA. A Companhia construiu um modelo de negócio integrado e geograficamente estruturado no território brasileiro, atendendo atualmente todas as regiões do país. Seus principais segmentos de negócio podem ser entendidos por:

(i) **Varejo:** Comércio de artigos de moda, lar e eletroeletrônicos, com foco em consumidores das classes C e D, por meio de lojas físicas e e-commerce.

(ii) **Produtos e serviços financeiros:** Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, emissão e administração de cartões de crédito e contas de pagamento, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas para as sociedades de crédito.

(iii) **Outros:** Outras atividades no ramo hoteleiro e de incorporação que não atingem parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado.

(a) Resultados

	2021					
	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	3.179.422	805.818	79.384	4.064.624	(36.116)	4.028.508
Custos das vendas	(1.992.512)	(63.767)	(37.478)	(2.093.757)	-	(2.093.757)
Lucro bruto	1.186.910	742.051	41.906	1.970.867	(36.116)	1.934.751
Vendas	(909.755)	(10.406)	(1.899)	(922.060)	25.324	(896.736)
Gerais e administrativas	(292.091)	(215.377)	(29.944)	(537.412)	36.583	(500.829)
Incobráveis baixados	-	(403.061)	-	(403.061)	-	(403.061)
Depreciação e amortização	(242.423)	(21.870)	(2.161)	(266.454)	-	(266.454)
Participação nos lucros de controladas	51.365	-	-	51.365	(51.365)	-
Outros resultados operacionais	475.621	(67.686)	51.490	459.425	(26.502)	432.923
Resultado gerado pelos segmentos	269.627	23.651	59.392	352.670	(52.076)	300.594
Receitas financeiras	97.233	-	(943)	96.290	185	96.475
Despesas financeiras	(276.193)	(7)	(901)	(277.101)	-	(277.101)
Imposto de renda e contribuição social	166.059	(11.060)	(18.241)	136.758	-	136.758
Lucro líquido do exercício	256.726	12.584	39.307	308.617	(51.891)	256.726
Participação dos não controladores						87
						<u>256.813</u>

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

	2020					
	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	2.818.840	893.044	83.208	3.795.092	(107.297)	3.687.795
Custos das vendas	(1.796.099)	(38.881)	(30.910)	(1.865.890)	-	(1.865.890)
Lucro bruto	1.022.741	854.163	52.298	1.929.202	(107.297)	1.821.905
Vendas	(747.663)	(6.606)	(3.378)	(757.647)	38.380	(719.267)
Gerais e administrativas	(367.625)	(211.243)	(27.222)	(606.090)	11.699	(594.391)
Incobráveis baixados	-	(505.840)	(552)	(506.392)	145.453	(360.939)
Depreciação e amortização	(195.990)	(19.129)	(2.394)	(217.513)	-	(217.513)
Participação nos lucros de controladas	54.839	-	-	54.839	(54.839)	-
Outros resultados operacionais	523.466	(125.208)	7.055	405.313	(6.827)	398.486
Resultado gerado pelos segmentos	289.768	(13.863)	25.807	301.712	26.569	328.281
Receitas financeiras	50.493	-	649	51.142	-	51.142
Despesas financeiras	(139.343)	(15)	(3.186)	(142.544)	-	(142.544)
Imposto de renda e contribuição social	(53.124)	4.874	(4.631)	(52.881)	(36.204)	(89.085)
Lucro líquido do exercício	147.794	(9.004)	18.639	157.429	(9.635)	147.794
Participação dos não controladores						(15)
						<u>147.779</u>

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(b) Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido

	2021				
	Varejo	Produtos financeiros	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	1.690.477	2.648.329	370.874	(342.001)	4.367.679
Ativo não circulante	3.838.869	540.869	253.966	(1.121.650)	3.512.054
Total do ativo	5.529.346	3.189.198	624.840	(1.463.651)	7.879.733
Passivo					
Passivo circulante	2.228.026	1.665.839	32.658	(300.498)	3.626.025
Passivo não circulante	1.613.785	937.624	56.728	(41.590)	2.566.547
Total do passivo	3.841.811	2.603.463	89.386	(342.088)	6.192.572
Patrimônio líquido	1.687.535	585.735	535.454	(1.121.563)	1.687.161
Total do passivo e patrimônio líquido	5.529.346	3.189.198	624.840	(1.463.651)	7.879.733
	2020				
	Varejo	Produtos financeiros	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.453.499	2.984.421	151.052	(654.392)	4.934.580
Ativo não circulante	2.999.203	547.326	321.813	(1.011.101)	2.857.241
Total do ativo	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821
Passivo					
Passivo circulante	2.505.469	1.662.924	22.283	(518.291)	3.672.385
Passivo não circulante	1.475.359	1.230.039	81.111	(138.580)	2.647.929
Total do passivo	3.980.828	2.892.963	103.394	(656.871)	6.320.314
Patrimônio líquido	1.471.874	638.784	369.471	(1.008.622)	1.471.507
Total do passivo e patrimônio líquido	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

23. Receita
A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias	4.278.226	3.855.384	4.332.518	3.870.099
Ajuste a valor presente das vendas	(17.545)	(8.511)	(17.545)	(8.511)
Serviços financeiros	-	-	1.013.976	1.025.891
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	-	39.255
Serviços prestados	43.782	44.757	43.782	44.944
Receita bruta de vendas e dos serviços	4.304.463	3.891.630	5.372.731	4.971.678
Descontos concedidos	(281.561)	(123.271)	(281.928)	(128.289)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(843.480)	(949.519)	(1.062.295)	(1.155.594)
Receita líquida de vendas e dos serviços	3.179.422	2.818.840	4.028.508	3.687.795

24. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Despesa com pessoal	(706.175)	(603.786)	(756.116)	(650.254)
Depreciação e amortização	(91.407)	(220.971)	(115.438)	(243.800)
Amortização (arrendamento)	(152.443)	-	(152.443)	-
Despesas de transporte	(11.470)	(16.653)	(19.685)	(27.320)
Despesas com publicidade e comunicação	(28.298)	(42.967)	(36.625)	(52.690)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(372.100)	(189.685)	(411.923)	(252.947)
Impostos e taxas	(16.465)	-	(17.711)	-
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	-	(403.061)	(360.939)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	-	-	(34.692)	-
Outras despesas	-	-	-	-
(inferiores a R\$ 3 milhões por rubrica)	(65.911)	(237.216)	(119.386)	(304.160)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(3.436.781)	(3.107.377)	(4.160.837)	(3.758.000)

Classificados por função como:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Despesa com vendas	(1.152.178)	(961.582)	(1.139.159)	(934.191)
Despesas gerais e administrativas	(292.091)	(349.696)	(524.860)	(596.980)
Incobráveis baixados – líquido das recuperações	-	-	(403.061)	(360.939)
Total	(3.436.781)	(3.107.377)	(4.160.837)	(3.758.000)

25. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aluguéis recebidos	4.118	2.069	5.518	6.069
Ganho (perda) na alienação de bens (iii)	213.658	218.260	249.972	217.523
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	-	2.985	-	2.995
Ganho em créditos bancários não identificados	-	855	-	855
Resíduos de vale-presente e vale-troca	-	1.420	-	1.420
Bonificação por expansão de lojas	17.629	36.826	17.629	18.368
Venda de energia elétrica	2.035	2.093	2.035	2.093
Participação de resultados – Profit (i)	68.850	124.119	-	-
Resultado de venda na participação societária (ii)	68.886	137.048	68.886	137.048
Ajuste a valor justo (AVJ Imóveis)	-	-	11.526	1.508
Recuperação de créditos fiscais	71.615	-	71.615	-
Resíduos de vale-presente e vale-troca	2.556	-	2.556	-
Bonificação por expansão de lojas <i>intercompany</i>	25.975	-	-	-
Outras receitas	3.419	610	6.306	13.426
Total dos resultados operacionais, líquidas	478.741	526.285	436.043	401.305
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
Total de outras despesas	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
	475.621	523.466	432.923	398.486

- (i) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.
- (ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTA Propriedades, composta por 66 imóveis, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento (Nota 12).
- (iii) Refere-se à venda de imóveis em função da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, em 2021 e 2020 houve venda significativa de seus imóveis, impactando o aumento em outros resultados operacionais.

26. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	6.762	11.662	11.409	12.598
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	-	124	-	-
Descontos obtidos	10.498	10.181	10.500	10.181
Ajuste a valor presente – contas a receber	15.031	8.711	15.031	8.711
Atualização monetária depósitos judiciais	(958)	816	(932)	835
Atualização monetária do PIS / COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS	48.091	12.899	48.091	12.899
Atualização monetária INSS a restituir	3.913	330	3.913	330
Outras receitas financeiras	13.622	5.770	13.680	5.588
Atualização monetária para partes relacionadas (Nota 8)	274	-	502	-
Total	97.233	50.493	102.194	51.142
Despesas financeiras				
Empréstimos com partes relacionadas	-	(306)	-	-
Empréstimos bancários	(56.335)	(64.101)	(61.948)	(65.687)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(14.737)	(14.279)	(14.787)	(14.279)
Ajuste a valor presente – fornecedores	(57.889)	(29.719)	(57.889)	(29.719)
Juros arrendamento mercantil (Nota 15)	(138.950)	(24.708)	(138.950)	(24.708)
Despesas bancárias	(2.483)	(2.480)	(2.750)	(2.583)
Varição monetária passiva com partes relacionadas (Nota 8)	(89)	-	(111)	-
Descontos concedidos	-	-	(193)	-
Outras despesas financeiras	(5.710)	(3.750)	(6.192)	(5.568)
Total	(276.193)	(139.343)	(282.820)	(142.544)
Resultado financeiro líquido	(178.960)	(88.850)	(180.626)	(91.402)

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados aos instrumentos financeiros, e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil não é materialmente diferente do valor justo.

	Controladora			Consolidado			
	2021			2021			
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	591.298	591.298	-	2.235.757	2.235.757
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	10.165	-	10.165	10.165	-	10.165
Outros créditos	Nível 2	-	21.134	21.134	-	140.764	140.764
		10.165	993.650	1.003.815	1.269.308	2.376.521	3.645.829

	Controladora			Consolidado			
	2020			2020			
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	676.278	676.278	-	1.675.912	1.675.912
Demais contas a pagar	Nível 2	-	201.079	201.079	-	277.164	277.164
		-	1.865.495	1.865.495	-	3.719.728	3.719.728

	Controladora			Consolidado			
	2020			2020			
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	761.991	761.991	-	2.394.475	2.394.475
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	25.664	-	25.664	25.664	-	25.664
Outros créditos	Nível 2	-	45.623	45.623	-	152.983	152.983
		25.664	1.562.459	1.588.123	25.664	4.107.260	4.132.924

	Controladora			Consolidado			
	2020			2020			
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	933.064	933.064	-	1.860.154	1.860.154
Outros passivos	Nível 2	-	192.606	192.606	-	183.672	183.672
Dividendos a pagar	Nível 2	-	52.250	52.250	-	52.250	52.250
		-	2.266.937	2.266.937	-	4.106.448	4.106.448

	Controladora			Consolidado			
	2020			2020			
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	933.064	933.064	-	1.860.154	1.860.154
Outros passivos	Nível 2	-	192.606	192.606	-	183.672	183.672
Dividendos a pagar	Nível 2	-	52.250	52.250	-	52.250	52.250
		-	2.266.937	2.266.937	-	4.106.448	4.106.448

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	381.218	381.218	47.181	47.181	1.259.143	1.259.143	132.777	132.777
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.841.666	1.841.666	2.083.918	2.083.918
Contas a receber - cartão de crédito e débito	362.061	362.061	310.040	310.040	394.091	394.091	310.557	310.557
Contas a receber de partes relacionadas	229.237	229.237	451.951	451.951	-	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo	8.648	8.648	25.664	25.664	8.648	8.648	25.664	25.664
Aplicações financeiras	10.053	10.053	707.664	707.664	10.053	10.053	1.427.026	1.427.026
Outros créditos	21.134	21.134	45.623	45.623	140.764	140.764	152.983	152.983
Total de ativos financeiros	1.012.351	1.012.351	1.588.123	1.588.123	3.654.365	3.654.365	4.132.925	4.132.925

	Controladora				Consolidado			
	2020	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil					

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(...continuação)

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada com base no cenário provável considerando as projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas-base para as operações com moeda funcional Real (antes dos impostos), como segue:

Instrumento	Fator de risco	2021		
		Cenário ano	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	USD	5.5805	6.9756	8.3708
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	29.876	7.469	14.938
Derivativos NDFs	Alta do USD	10.165	2.541	5.083
		40.041	10.010	20.021

Instrumento	Fator de risco	2020		
		Saldo	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	USD	5.1967	6.4959	7.7951
Empréstimos em moeda estrangeira (Nota 18)	Alta do USD	97.535	6.336	7.603
Fornecedores estrangeiros (Nota 17)	Alta do USD	40.059	2.602	3.123
Derivativos swaps	Alta do USD	632	41	49
Derivativos NDFs	Alta do USD	121.268	7.857	9.453
		259.494	16.856	20.228

(ii) Riscos de flutuação nas taxas de juros

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

Instrumento	Fator de risco	2021		
		Cenário ano	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	Taxa CDI	9,15%	11,43%	13,72%
Aplicação financeira (Nota 4)		323.118	29.565	36.932
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(676.278)	(61.879)	(77.299)
Impacto no resultado		(32.314)	(40.367)	(48.453)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(21.327)	(26.642)	(31.979)

Instrumento	Fator de risco	2020		
		Cenário ano	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	Taxa CDI	9,15%	11,43%	13,72%
Aplicação financeira (Nota 4)		1.167.233	106.802	133.415
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(1.675.812)	(153.346)	(191.557)
Impacto no resultado		(46.544)	(58.142)	(69.791)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(30.719)	(38.374)	(46.062)

Instrumento	Fator de risco	2020		
		Cenário ano	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	Taxa CDI	4,50%	5,62%	6,75%
Aplicação financeira (Nota 4)		707.664	31.845	39.771
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(933.064)	(41.988)	(52.438)
Impacto no resultado		(10.143)	(12.667)	(15.215)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(6.694)	(8.361)	(10.042)

Instrumento	Fator de risco	2021		
		Cenário ano	Impacto – Cenários	
			25%	50%
	Taxa CDI	4,50%	5,62%	6,75%
Aplicação financeira (Nota 4)		1.427.025	64.216	80.199
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(1.860.154)	(83.707)	(104.541)
Impacto no resultado		(19.491)	(24.342)	(29.236)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(12.864)	(16.066)	(19.296)

(b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco), veja análise da provisão para perda esperada na Nota 6.

A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a crediário próprio, administradoras de cartões de crédito, bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. Desta forma, a qualidade do crédito dos ativos financeiros e passivos financeiros podem ser avaliados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes				
Tipo 1	-	-	985.669	778.732
Tipo 2	-	-	657.112	837.689
Tipo 3	-	-	139.070	388.138
Tipo 4	-	-	499.422	452.008
Total	-	-	2.281.273	2.456.567

Os tipos de clientes de contas a receber acima podem ser assim classificados:

(1) Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).

(2) Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).

(3) Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).

(4) Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

	Consolidado	
	2021	2020
Disponibilidades e aplicações financeiras		
S:brAAA	468.625	823.987
S:brAA+	45	15.239
S:BB-	14.710	11.404
M:ba2	-	16
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	761.275	650.873
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	24.541	13.370
	1.269.196	1.514.889

Arrendamento, empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2021	2020
M: Aaa.br	8.153	10.064
M: ba2	-	30.096
S: BB-	181.040	193.082
S: brAA+	17.064	28.382
S: brAAA	647.598	793.284
XP Investimentos CCTVM S.A.	592.586	539.532
Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	-	2.473
Ourinvest DTVM S.A.	20.499	28.633
Letras de câmbio	125.693	59.406
Itaú Corretora de Valores	-	60.911
BTG Pactual	82.576	51.638
Poupex	-	31.251
CRI Piratini	-	29.518
Arrendamentos	1.519.952	1.153.531
Outros (substancialmente leasing)	703	1.884
	3.195.864	3.013.685

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Mody's; F:Fitch; e S:Standard & Poor's.

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada entidade do Grupo individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, é mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	988.138	988.138	988.138	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	676.278	811.715	552.752	246.020	12.943	-
Arrendamentos a pagar	1.519.951	1.519.951	301.770	484.484	285.956	447.741
Demais contas a pagar (*)	201.079	201.079	141.113	59.966	-	-
	3.385.446	3.520.883	1.983.773	790.470	298.899	447.741

Em 31 de dezembro de 2020

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Fornecedores	1.089.017	1.089.017	1.088.484	533	-	-
Empréstimos e financiamentos	993.064	984.593	547.558	365.191	71.844	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	210.812	281.535	260.424	400.760
Demais contas a pagar (*)	193.146	193.146	124.315	68.831	-	-
	3.428.758	3.420.287	1.971.169	716.090	332.268	400.760

Em 31 de dezembro de 2021

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Fornecedores	1.766.652	1.766.652	1.766.539	113	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.675.912	1.875.346	1.127.219	637.841	110.286	-
Arrendamentos a pagar	1.519.952	1.519.952	301.770	492.358	285.956	439.868
Outros passivos (*)	277.164	277.164	216.823	60.341	-	-
	5.239.680	5.439.114	3.412.351	1.190.653	396.242	439.868

Em 31 de dezembro de 2020

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado			
			Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Fornecedores	2.010.372	2.010.372	2.009.725	647	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.860.154	2.072.834	773.646	1.218.638	80.550	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	231.142	281.535	260.424	380.430
Outros passivos (*)	184.214	184.214	116.589	67.625	-	-
	5.208.271	5.420.951	3.131.102	1.568.445	340.974	380.430

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 140.122 (2020 - R\$ 146.061) na Controladora, e R\$ 140.122 (2020 - R\$ 146.061) no Consolidado.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada.

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 18)	676.278	933.064	1.675.912	1.860.154
Passivo arrendamento	1.519.951	1.153.531	1.519.952	1.153.531
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	381.218	754.845	1.259.143	1.559.802
Dívida líquida	1.815.011	1.331.750	1.936.721	1.453.883
Total do patrimônio líquido	1.687.535	1.471.874	1.688.253	1.471.507
Índice de alavancagem financeira	1,08	0,90	1,15	0,99

28. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações da Companhia não possuem qualquer efeito dilutivo, e encontram-se divulgados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Numerador básico / diluído		
Lucro líquido do exercício	256.726	147.794
Quantidade de ações - mil	150.000	150.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	1,7115	0,9853

29. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens do imobilizado e propriedades para investimento sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura			
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval / fumaça / lucros cessantes	390.488	371.715	403.288	386.515
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	25.100	25.160	25.100	25.160

31. Eventos subsequentes

A Companhia detém empréstimo bancário no montante de R\$ 100.269 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 100.825), que de acordo com os termos do contrato, será pago em 2025. Contudo o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que a Companhia deverá publicar suas demonstrações financeiras em até 90 dias da data do encerramento do exercício. A Companhia não cumpriu este prazo, entretanto a Administração obteve um waiver do banco para esta cláusula até 06 de maio de 2022.

MARTIN MITTELDORF
Diretor-Presidente

RICHARD RAINER
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Superintendente

MARCELLO MIRANDA
Diretor de Serviços Financeiros

JAMES NUNES DE SOUSA
Contador CRC 1SP194966/O-9

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas estimadas em crédito

Veja a Nota 06 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado na nota explicativa 06, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada direta Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). Esses créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (saldos individuais com valores não significativos) e o alto volume de transações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco de crédito e atraso de pagamento das operações, recálculo da perda esperada, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 06, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o CPC 06 (R2) / (IFRS 16)

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 1.397.183 mil na Controladora e no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$ 1.519.952 mil na Controladora e no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do teste de voucher de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalculamos os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do CPC 06 / (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do CPC 06 / (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Forneçemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2022.



Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>